

ANA MARIA GOMES

O PROFESSOR ENQUANTO SUJEITO ÉTICO

RIO DE JANEIRO

2001

*Leitor Miguel
Frederico Adilson*

ANA MARIA GOMES

O PROFESSOR ENQUANTO SUJEITO ÉTICO

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO
DISCIPLINA MONOGRAFIA

REITOR: PIETRO NOVELLINO

DECANO: PROFESSORA MARIA JOSÉ MESQUITA C. M. WEHLING

DIRETOR: PROFESSORA DAYSE MARTINS HORA "*pro tempore*"

CHEFE DO DEPARTAMENTO: PROFESSORA SUELI BARBOSA THOMAZ

PROFESSOR: ADILSON FLORENTINO DA SILVA

G633 Gomes, Ana Maria.
O professor enquanto sujeito ético, - Rio de Janeiro, 2001.
53f.

Monografia apresentada à Escola de Educação da Universidade do Rio de Janeiro para obtenção do grau de Licenciatura Plena.
Orientador: Adilson Florentino da Silva.

1. Professores – Ética profissional. I. Silva, Adilson Florentino da.
I. Universidade do Rio de Janeiro (1979-). Escola de Educação. III.
Título.

CDD – 174.937

O PROFESSOR ENQUANTO SUJEITO ÉTICO

ANA MARIA GOMES

Monografia apresentada à Escola de Educação da
Universidade do Rio de Janeiro para obtenção do Grau
de Licenciatura plena em Pedagogia.

Professor Orientador: ADILSON FLORENTINO DA
SILVA

RIO DE JANEIRO

2001

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia a meus pais, meu noivo e as minhas amigas Maria de Fátima e Marinete Araújo.

AGRADECIMENTO

Em primeiro lugar agradeço a Deus que é a razão de tudo na vida e ao professor Miguel pela atenção que deu ao meu trabalho.

“ Não há sociedade mais nobre, e mais firme, do que aquela que une com familiaridade, homens de bem, e parecidos nos costumes. ”

(Cícero)

SUMÁRIO

	Página
I. INTRODUÇÃO.....	1
1. HISTORICIDADE ÉTICA.....	3
2. A RELAÇÃO ENTRE A ÉTICA E A MORAL, NOS PRESSUPOSTOS DA EDUCAÇÃO MORAL.....	18
2.1. O PROFESSOR ENQUANTO SUJEITO ÉTICO.....	24
2.1.2. A Ética do Involuído e a do Evoluído, segundo Ubaldi	28
3. O PROBLEMA ÉTICO.....	37
II. CONCLUSÃO.....	47
III. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	53

RESUMO

O presente estudo fundamenta-se na ética e na moral, como base essencial ao ser humano e principalmente ao educador, num retorno ao essencial para a sociedade e a vida. Para tanto, far-se-á um retrocesso da história ética, os filósofos precursores, e seu enfoque neste terceiro milênio.

I. INTRODUÇÃO

Este estudo visa procurar esclarecer primeiramente, de forma clara a definição da ética, para depois aprofundar-se na problemática da questão ética de acordo com a visão de alguns autores. Partindo do pressuposto de esclarecer o conceito da ética e a compreensão das várias definições que foi atribuído a ética ao longo da história do homem enquanto ser social e histórico.

CHAUÍ¹, na sua obra "Ensaio Ético Violência", comenta que, a ética em primeiro lugar precisa ser normativa, porque a ética normativa é uma ética dos deveres e obrigações, como é o caso da ética de Kant. Já a ética que não é normativa estuda as ações e as paixões em vista da felicidade, aborda as relações entre a razão e a vontade, no exercício da liberdade, como expressão da natureza singular do indivíduo ético que aspira à felicidade.

No entanto, não há ética enquanto investigação filosófica, se não houver uma teoria que fundamente as idéias do agente ético, da ação ética e dos valores éticos.

Uma ética procura definir, antes de mais nada, a figura do agente ético e de suas ações e o conjunto de noções ou valores que balizam o campo de uma ação que se considere ética. O agente ético é pensado como sujeito ético, isto é, um ser racional e consciente que sabe o que faz, um ser livre que decide e escolhe o que faz, e um ser responsável que responde pelo que faz. A ação ética é balizada pelas idéias de bom e mau, justo e injusto, virtude e vício, isto é, por valores cujo conteúdo pode variar de uma sociedade para outra ou na mesma sociedade. Assim uma ação só será ética se for consciente, livre e responsável e só será virtuosa se for realizada em conformidade com o bom e o justo. A ação ética só é virtuosa se for livre e só será livre se for autônoma, isto é, se resultar de uma decisão interior ao próprio

¹ CHAUÍ. *Ensaio Ético Violência*. in revista *Teoria e Debate*, 1998

agente e não vier da obediência a uma ordem, a um comando ou a uma pressão externa.

O agente ético não age em conformidade consigo mesmo e sim em conformidade com algo que lhe é exterior e que constitui a moral de sua sociedade. Esse conflito só pode ser resolvido se o agente reconhecer os valores morais de sua sociedade como se tivessem sido instituídos por ele, como se ele pudesse ser autor desses valores ou das normas morais de sua sociedade.

Enfim, a ação só é ética se realizar a natureza racional, livre e responsável do agente e se o agente respeitar a racionalidade, liberdade e responsabilidade dos outros agentes, de sorte que a subjetividade ética é de natureza intersubjetiva. a subjetividade e a intersubjetividade éticas são ações e a ética existe pela e na ação dos sujeitos individuais e sociais, definidos por laços e formas de sociabilidade criados também pela ação humana em condições históricas determinadas.

Todas as explicações acima se fazem necessárias antes da continuidade deste trabalho que em sua primeira parte versará sobre o objetivo caracterizar os elementos conceituais da ética, estabelecendo as contradições existentes entre as perspectivas filosóficas em suas vinculações com o fenômeno ético, numa perspectiva histórica. A história ética, para isso regredindo aos tempos antigos, aos primórdios, quando poder-se-á visualizar sua conceituação. Na segunda parte a relação entre ética e moral será abordada, com ênfase na educação moral, complementando ver-se-á o problema ético. Fechando este trabalho, mas não esgotando o assunto, ter-se-á considerações detalhadas no embasamento teórico estudado no decorrer do estudo deste.

1. HISTORICIDADE ÉTICA

Segundo ²Adolfo Sanches Vazquez na obra "Ética", nas relações do cotidiano, os indivíduos entre si se deparam com questões problemáticas que eles devem resolver de maneira que não se defrontem de forma negativa com as normas que a sociedade julga mais apropriadas. Estas normas são aceitas intimamente e reconhecidas como obrigatórias, e de acordo com elas os indivíduos compreendem que devem agir desta ou daquela forma. A partir deste comportamento dizemos que os indivíduos agem moralmente.

Temos, assim, de um lado, os atos e formas de comportamento dos homens, e do outro, determinados problemas, que são os morais, e de outro ainda, juízos que aprovam ou desaprovam moralmente tais atos. Para resolverem tais problemas os indivíduos recorrem as normas, as quais formulam juízos que se apossam de determinados argumentos que justifiquem as decisões adotadas ou os passos dados.

O comportamento prático-moral do homem, ainda que sujeito às variações, seja de época ou de sociedade, remonta até as próprias origens do homem como ser social.

Os homens não só agem moralmente, isto é, enfrentam determinados problemas nas suas relações mútuas, tomam decisões e realizam certos atos para resolvê-los e, ao mesmo tempo, julgam ou avaliam de uma ou de outra maneira estas decisões e estes atos, mas também refletem sobre esse comportamento prático e o tomam como objeto da sua reflexão e de seu pensamento. Dá-se, assim, a passagem do plano da prática moral para o da teoria moral, ou, em outras palavras, da moral efetiva, vivida, para a moral reflexiva.

² Valquez .ética p.05 –1969-Cidade do México

A diferença entre os problemas prático-morais e o ético está na questão da generalidade da ética. Se o indivíduo enfrenta um determinado problema, ele deve resolver por si mesmo, com ajuda de uma norma que reconhece e aceita intimamente. Desta forma, será inútil recorrer à ética, pois no mínimo a ética poderá dizer-lhe o que é um comportamento fundamentado por normas, ou a finalidade do mesmo, assim a solução de tais problemas é uma questão prático-moral e não teórico ético.

O homem enfrenta no seu cotidiano questões que fazem com que ele adote conceitos morais pré-estabelecidos pela sociedade, tomando para si, sem perceber, tais concepções.

É possível falar em comportamento moral quando o sujeito é responsável e responde pelos seus atos, mas isto, por sua vez, envolve o pressuposto de que pode fazer o que queria fazer, ou seja, de que pode escolher entre duas ou mais alternativas, e agir de acordo com a decisão tomada.

Problemas éticos são também o da obrigatoriedade moral, isto é, o da natureza e fundamentos do comportamento moral enquanto obrigatório, bem como o da realização moral, não só como empreendimento individual mas também como empreendimento coletivo.

Os homens, no seu comportamento prático-moral, cumprem determinados atos, os quais são formulados através de juízos de aprovação ou de reprovação e se sujeitam livre e conscientemente a certas normas ou regras de ação.

Devido a estas questões abre-se um vasto campo de investigação da ética, e para investigar este campo surge a meta-ética, que tem como tarefa o estudo da natureza, função e justificação dos juízos morais. Este último é um problema meta-ético, ou seja examinar-se se podem apresentar razões ou argumentos para demonstrar a validade de um juízo moral e, particularmente, das normas morais.

A relação entre os problemas éticos e os problemas práticos se diferenciam entre si, mas não estão separados, no campo da investigação.

Os problemas éticos caracterizam-se pela sua generalidade e isto os distingue dos problemas morais, da vida cotidiana, que são os que se nos apresentam nas situações concretas.

Se a ética revela uma reação entre o comportamento moral e as necessidades e os interesses sociais, ela nos ajudará a situar, no devido lugar, a moral efetiva, real, de um grupo social que tem a pretensão de que seus princípios e suas normas tenham validade universal, sem levar em conta necessidades e interesses concretos.

Devido ao seu caráter prático, enquanto disciplina teórica, tentou-se ver na ética uma disciplina normativa, cuja função fundamental seria a de indicar o comportamento melhor do ponto de vista concreto, mas esta caracterização da ética como disciplina normativa pode levar e, no passado, freqüentemente levou, a esquecer seu caráter propriamente teórico.

Muitas éticas tradicionais partem da idéia de que a missão do teórico, neste campo, é dizer aos homens o que devem fazer, ditando-lhes as normas ou princípios pelos quais pautar seu comportamento. Desta forma a ética transforma-se em uma espécie de legislador do comportamento moral dos indivíduos ou da comunidade, mas a função fundamental da ética está longe de ser uma disciplina ditadora de normas e conceitos, mas sim uma disciplina que tem como função fundamental explicar, esclarecer ou investigar determinada realidade, para elaborar conceitos correspondentes.

Se a ética revela uma relação entre a moral e as necessidades e os interesses da sociedade, ela nos ajuda a situar no devido lugar a moral efetiva, real, de um grupo social que tem a pretensão de que seus princípios e suas normas tenham validade universal, sem levar em consideração necessidades e interesses

concretos.

A ética é teoria, investigação ou explicação de um tipo de experiência humana ou uma forma de comportamento dos homens, ou da moral, considerado, porém, na sua totalidade, diversidade e variedade.

A ética parte do fato da existência da história da moral, isto é, toma como ponto de partida a grande diversidade de morais no tempo, pois cada sociedade possui um padrão preestabelecido de moral que varia de acordo com a época. Esta moral estabelece princípios, regras e normas que devem ser obedecidas. Como teoria a ética não pode se identificar com os princípios e normas de nenhuma moral em particular, pois ela reflete sobre os fundamentos de cada moral.

A ética estuda uma forma de comportamento humano que os homens julgam valiosos, e além disso, obrigatórios; ela deve fornecer ao homem a compreensão racional de um aspecto real, efetivo de comportamento dos homens.

Assim como os problemas teóricos-morais não se identificam com os problemas práticos, apesar de estarem estritamente relacionados, não se pode confundir ética e moral, pois a ética não cria moral, ela apenas explica, esclarece e cria conceitos correspondentes aos problemas morais.

A ética é a teoria ou a ciência do comportamento moral dos homens em sociedade, ou seja, é a ciência do comportamento humano. O homem necessita, ao longo de sua vida social, de uma ciência que o ajude a abordar racionalmente os problemas morais. Sem a ética, para ajudar o homem a compreender as normas morais impostas pela sociedade em que vive, ele ficaria perdido no seu meio social.

Enquanto conhecimento rigoroso, a ética deve aspirar à racionalidade mais completa e, ao mesmo tempo, deve proporcionar conhecimentos sistemáticos, metódicos e, no limite do possível, comprováveis.

Na interpretação da ética, ela é considerada como científica, ao contrário da moral, pois, não existe uma moral científica, mas pode existir um conhecimento moral científico que é fornecido pelas ciências sociais.

O objeto de estudo da ética é constituído por certos atos humanos, atos que são conscientes e voluntários dos indivíduos na sua relação com outros indivíduos, agindo em determinados grupos sociais ou na sociedade em geral. O comportamento ético deve ser uma ação coletiva, a moral se refere ao comportamento adquirido ou que pode ser conquistado pelo homem.

Ao ser definida como conjunto sistemático de conhecimentos racionais e objetivos a respeito do comportamento humano moral, a ética nos apresenta como seu objetivo específico que se pretende estudar cientificamente. Não se pode deixar de citar neste estudo a relação da ética com a filosofia - devido que a mesma está ligada a uma parte da filosofia especulativa - esta ética filosófica se preocupa mais em buscar a concordância com princípios filosóficos universais do que com a realidade moral no seu desenvolvimento histórico e real, o que resulta também no caráter absoluto e apriorístico das suas afirmações sobre o bom, o dever e os valores morais.

A ética deve apoiar-se numa filosofia estreitamente relacionada com as ciências, e não numa filosofia especulativa, divorciada delas, que pretenda deduzir de princípios absolutos a solução dos problemas éticos.

O comportamento moral é próprio do homem como ser histórico, social e prático, isto é, como ser que transforma conscientemente o mundo que o rodeia. O comportamento moral não é uma manifestação humana eterna e imutável, mas sim uma manifestação que está propensa a transformações; estas mudanças espelham precisamente a história da humanidade.

Se a moral é inseparável da atividade prática espiritual do homem, a ética por sua vez nunca pode deixar de ter como fundamento a concepção filosófica do homem que nos dá uma visão total deste como ser social, histórico e criador.

Todo uma série de conceitos com os quais a ética trabalha de uma maneira específica, como os de liberdade, necessidade, valor, consciência, pressupõem um prévio esclarecimento filosófico. Através de seu objeto (uma forma específica do comportamento humano) a ética se relaciona com outras disciplinas que, sob ângulos diversos, estudam as relações e o comportamento dos homens em sociedade e proporcionam dados e conclusões que contribuem para esclarecer o tipo peculiar de comportamento humano que é o moral.

Os agentes morais, em primeiro lugar, são indivíduos concretos que fazem parte de uma comunidade. Os atos dos agentes éticos só são reconhecidos como tais quando são considerados nas suas relações com os outros.

A psicologia contribui através da explicação do comportamento humano, abre o caminho para outras ciências entenderem melhor a sociedade e o comportamento do homem diante das situações impostas pela sociedade. A psicologia, com sua análise das motivações ou impulsos irresistíveis, faz nos ver também quando um ato humano escapa a uma avaliação ou julgamento moral. Ao definirmos o conceito de ética não podemos deixar de abordar também neste estudo a historicidade, as doutrinas éticas e os filósofos precursores.

As doutrinas éticas se desenvolveram em diferentes épocas e sociedades com a finalidade de responderem aos problemas básicos apresentados na relação dos homens entre si, principalmente o comportamento moral, que possui uma relação estreita com os conceitos morais e com a realidade do homem enquanto ser que está propenso a mudanças.

Estas doutrinas éticas, não podem ser isoladas, mas sim devem passar por um processo de mudança e sucessão.

A cada moral preestabelecida em uma sociedade devem ser elaborados princípios e normas, que correspondem aos anseios de tal moral. Todo comportamento moral, em qualquer sociedade, deve se apoiar de alguma forma de regras que levem o homem a seguir valores da sociedade que ele faz parte,

como ser social que é.

O homem não pode ser idealizado como um ser isolado, mas sim como agente ético que está sujeito a responder pelos seus atos morais perante a sociedade em que vive.

Devido à crise dos valores sociais e políticos constantes, fez-se necessário a justificação ou a substituição de normas, princípios e valores. A partir dessas mudanças surge a necessidade de novas reflexões ou de novas teorias morais.

1.1. A ÉTICA NA GRÉCIA

Os problemas éticos surgiram na filosofia grega, que devido à democratização política necessitou investigar e explicar os conceitos e normas que tal mudança exigiu da sociedade.

O pensamento ético grego teve várias vertentes em relação aos seus filósofos e uma visão dicotômica dos mesmos em relação ao conceito da moral.

Entre os filósofos gregos se destacaram os sofistas que constituíam um movimento intelectual que considera as reflexões cósmicas desnecessárias e se interessam especialmente pelo saber a respeito do homem, particularmente nos aspectos políticos e jurídicos. Os sofistas não ambicionam o saber gratuito e especulativo, mas sim o saber político que tende influir na vida pública; devido a isto os sofistas ensinam a arte de convencer, ou retórica. Este tipo de prática tinha utilidade para o homem, pois numa sociedade em que o cidadão intervém ativamente é muito importante ter êxito na política. Esta arte de persuadir põe em dúvida não só a tradição, mas a existência de verdades e normas universalmente válidas. Os sofistas pregam a teoria de que não existe verdades e nem erros, e as normas por serem humanas são transitórias.

A visão de mundo e de homem de Sócrates é bem diferente daquelas dos sofistas; para Sócrates o saber fundamental é o saber a respeito do homem, sintetizado na frase: "conhece-te a ti mesmo". A ética de Sócrates é racionalista, ela afirma a concepção do bem como felicidade da alma e do bom como o útil para felicidade; por sua vez a virtude como capacidade radical e última do homem, como conhecimento, e do vício como ignorância. Quem age mal é porque ignora o bem, pois ninguém faz mal voluntariamente.

Sócrates abre o caminho do pensamento reflexivo adaptado à vida pública e individual do cidadão da democracia. Para ele, a bondade, o conhecimento e a felicidade se entrelaçam estreitamente.

É contudo, a pessoa de Sócrates que cristaliza o passo ético dado no século V a .c e principalmente uma tentativa de generalização do problema ético, segundo um princípio que permite afirmar que o que é bom para alguém deve igualmente sê-lo para outro, colocado nas mesmas circunstâncias.

Já na ética de Platão, o indivíduo por si só não pode aproximar-se da perfeição, torna-se necessário o Estado ou a comunidade política. O homem é bom enquanto bom cidadão, cada classe social deve consagrar-se à sua tarefa especial e abster-se de realizar outras. De modo análogo ao que se sucede na alma compete à justiça social estabelecer, na cidade, a harmonia indispensável entre as várias classes. E, com o fim de garantir esta harmonia social, Platão propõe a abolição da propriedade privada para as duas classes superiores - governantes e guerreiros.

Na ética platônica transparece o desprezo, característico da antigüidade, pelo trabalho físico e, por isto, os artesãos ocupam o degrau social inferior e se exaltam as classes dedicadas às atividades superiores e, de acordo com as idéias dominantes e com a realidade política e social, não há lugar no Estado para os escravos. Sendo assim, na ética de Platão, há uma estreita unidade da moral e da política, pois o homem se forma espiritualmente somente no Estado e mediante a subordinação do indivíduo à comunidade.

A única saída possível ao impasse ético, é visto por Platão na teoria das idéias, que foi o fundamento do seu sistema, levando em conta a natureza de Deus e do homem e apoiando os princípios éticos.

³Platão não hesita em afirmar que são perigosas as relações que os gregos mantêm com os sofistas, "porque estes são verdadeiramente uma peste e um flagelo", do "gênero ganhador de dinheiro, nascido da erística, da contradição, do combate, de luta, de aquisição".

Segundo Aristóteles, a vida não se realiza acidental e esporadicamente, mas mediante a aquisição de certos modos constantes de agir (ou hábitos) que são as virtudes. A virtude é um equilíbrio entre dois extremos instáveis e igualmente prejudiciais.

A ética de Aristóteles está unida à sua filosofia política, pois para ele a comunidade social e política é o meio necessário da moral, o homem deve necessariamente viver em sociedade.

Para Aristóteles a vida teórica que pressupõe necessariamente a vida em comum, é acessível só a uma minoria ou elite.

1.2. ÉTICA NA IDADE MÉDIA

A visão da ética cristã medieval vem romper com a ética dos filósofos gregos. O cristianismo pressupõe que a moral concreta, efetiva, e a ética como doutrina moral estão impregnadas também, de um conteúdo religioso que encontramos em todas as manifestações da vida medieval. A ética cristã se fundamenta no momento em que a sociedade medieval se fragmenta economicamente e politicamente, devido a uma multidão de feudos. A religião garante de certa forma uma união social, sendo assim, a política está na

³ Platão. Protágoras. v. 322 C

dependência dela e a igreja, como instituição, que vela pela defesa da religião, exerce pleno poder espiritual monopolizando toda a vida intelectual da sociedade.

A ética cristã, como a filosofia cristã em geral, parte de um conjunto de verdades reveladas a respeito de Deus, das relações do homem com o seu criador e do modo de vida prática que o homem deve seguir para obter a salvação no outro mundo. Sendo assim, o que o homem deve fazer se define não em relação à comunidade humana, mas sim, antes de tudo, com Deus. Todo comportamento, incluindo a moral, deve guiar-se por Ele; Deus é objetivo supremo da vida humana.

O cristianismo parte do princípio de elevar o homem de uma ordem terrestre para uma sobrenatural, mais próximo de Deus, na qual possa viver uma vida plena, feliz, e verdadeira. Sem as imperfeições, injustiças e desigualdades terrenas, pois todos os homens sem distinções são iguais diante de Deus, e através da religião o homem pode alcançar a perfeição e a justiça num mundo sobrenatural.

O cristianismo deu aos homens, pela primeira vez, a consciência de igualdade, pois até então a desigualdade social dominava as relações sociais, entretanto a partir desta consciência, o cristianismo tende a regular o comportamento dos homens, colocando o seu fim e valor em Deus.

Ao analisar a ética cristã não podemos deixar de esclarecer que o cristianismo não é uma filosofia, mas sim uma religião, isto é, uma fé, um dogma, e devido a esta influência a ética cristã filosófica tem uma índole fundamentalmente religiosa e dogmática.

A partir do século XVI até o começo do século XIX, a ética cristã chega ao seu fim devido à insatisfação do homem em relação a dicotomia entre a igualdade e a desigualdade entre os homens, pois ao mesmo tempo que a ética cristã defende a igualdade dos homens perante Deus, justifica a desigualdade terrena. A partir deste momento, o homem se conscientiza que a igualdade espiritual é insuficiente para

sua sobrevivência, a partir daí o homem procura buscar novos conceitos em relação à moral.

1.3. ÉTICA MODERNA E CONTEMPORÂNEA

Após a crise do pensamento ético cristão surge a ética moderna que caracteriza-se pelo pensamento antropocêntrico e por uma série de mudanças em todas as ordens. Na economia se incrementam as forças produtivas devido ao desenvolvimento científico (Galileu e Newton) e se desenvolvem as relações capitalistas. Na área social, se fortalece uma nova classe social, a burguesia, que se preocupa em estabelecer o seu poder econômico e impôr a sua hegemonia política, através de uma série de revoluções. No âmbito estatal, desaparece a fragmentação feudal para dar lugar aos grandes Estados modernos, únicos e centralizados. Na área espiritual, a religião deixa de ser a forma ideológica dominante e a igreja católica perde sua função de guia.

O homem adquire um valor pessoal, não só como ser corpóreo, não só como ser espiritual, mas como a soma de tudo isto, um ser dotado de razão e de vontade, diante do conhecimento como ser racional. A filosofia moderna tem como tarefa destruir os pilares ideológicos de um mundo já caduco, e formar um novo homem que esteja em sintonia com a sua natureza racional.

Uma das éticas mais marcantes da idade moderna foi a de Kant. Ele toma como ponto de partida o fato da moralidade. No agir moral, o homem se sente responsável pelos seus atos e tem consciência do seu dever, mas esta consciência obriga a supor que o homem é livre.

A ética de Kant é formal e autônoma ao conceber o comportamento moral como pertencente a um sujeito autônomo e livre, ativo e criador.

Além das doutrinas éticas atuais, se faz necessário incluir na ética contemporânea algumas doutrinas que surgiram no século XIX, as quais exercem

sua linha de pensamento até os nossos dias. A linha de pensamento mais marcante na ética contemporânea está na obra de filósofos como: Kierkegaard, Stirner ou Marx.

Estas doutrinas foram posteriores a Kant e Hegel, que evoluíram paralelamente ao mundo social que, após a revolução de 1789, nasceu com a instauração de uma nova ordem social, a qual se apresenta em conformidade à natureza racional dos homens, mas também uma sociedade na qual se aguçam as contradições profundas, que explodiram nas revoluções sociais do século passado e do presente.

A sociedade racional dos iluministas do século XVIII e o estado hegeliano, o qual se consagra como a encarnação da razão universal, revelam, na realidade burguesa, uma profunda irracionalidade. A ética contemporânea surge numa época de contínuos progressos científico e técnicos e de fluxo elevado no desenvolvimento das forças produtoras, as quais questionaram a própria existência da humanidade, dada a ameaça que seus usos destruidores acarretam.

Na sua fase mais recente, a ética contemporânea não só conheceu um novo sistema social, o socialismo, mas também um processo de descolonização e, paralelamente a ele, uma reavaliação de comportamentos, princípios e heranças que não se enquadram no legado cultural tradicional.

Em relação ao plano filosófico, a ética contemporânea vai apresentar suas origens como uma reação contra o formalismo e o racionalismo abstrato Kantiano, sobretudo contra a forma absoluta que este adquire em Hegel.

A filosofia de Hegel tem o seu apogeu a partir da concepção kantiana do sujeito soberano, livre e ativo, mas em Hegel, o sujeito é a idéia, razão ou espírito absoluto que é a totalidade do real, incluindo o próprio homem como seu atributo. A sua atividade moral não é senão uma fase do desenvolvimento do espírito ou um meio pelo qual o espírito como verdadeiro sujeito se manifesta.

Saindo da linha de pensamento kantiano, a ética contemporânea vai sofrer influência do pensamento de Kierkegaard que é considerado como pai do existencialismo. Kierkegaard caracterizou-se como oposta a Hegel. Como afirmava o filósofo dinamarquês ⁴"o homem se integra como um elemento a mais no desenvolvimento universal da razão", para Kierkegaard o que vale é o homem concreto, o indivíduo como tal, isto é, sua subjetividade.

Kierkegaard distingue três estágios na existência individual: estético, ético e religioso. O superior é o religioso, porque a fé que o sustenta é uma relação pessoal, puramente subjetiva, direta com Deus. No estágio ético, o indivíduo deve pautar o seu comportamento por normas gerais, por isto, perde em subjetividade, ou seja, em autenticidade, porque ainda não garante a conquista do homem concreto como indivíduo racional, que só se alcança na religião; a ética não passa de sua antecâmara.

Para Max Stirner, outro estudioso que contribuiu de forma marcante na ética contemporânea, tem como concepção a recuperação do homem concreto, encontrando-o no Eu, na vontade individual ou no único. A atitude conseqüente e sincera é o egoísmo integral, assim como a negação absoluta de toda instância ou autoridade que possa sujeitar o indivíduo. Em Kierkegaard, a moral ocupa um setor limitado da individualidade autêntica, já para Stirner, ela se torna impossível.

Outra filosofia que refletiu de forma positiva na ética contemporânea foi o pragmatismo, que, como filosofia e doutrina ética, nasce e se difunde particularmente nos Estados Unidos. O pragmatismo caracteriza-se pela sua identificação da verdade com o útil, no sentido daquilo que melhor ajuda a viver e a conviver.

Para o pragmatismo, os valores, os princípios e normas são esvaziados de um conteúdo objetivo, e o valor do bom, considerado como aquilo que ajuda o indivíduo na sua atividade prática e varia de acordo com cada situação.

⁴ Kierkegaard. (1813-1855) p.252.

Ao reduzir o comportamento moral aos atos que levam ao êxito pessoal, o pragmatismo se transforma numa variante utilitarista do egoísmo.

Outra ciência que fez contribuições ao pensamento ético contemporâneo foi a psicanálise, que considera, que o ato moral aquele ato no qual o indivíduo age consciente e livremente. Os atos praticados por uma motivação inconsciente devem ser excluídos do campo da moral. A ética deve mostrar que é incorreto julgar como imorais os atos cometidos de forma inconsciente por parte do indivíduo. Partindo deste pressuposto a psicanálise vem colocar no devido lugar certas normas que são impostas ao sujeito de maneira autoritária.

O marxismo, como doutrina ética oferece uma explicação e uma crítica das morais do passado. Até então os estudiosos se preocuparam somente em justificar o comportamento moral diante das mudanças sociais vividas pelos sujeitos ao longo da história da humanidade.

A teoria marxista da moral se encontra nas tentativas de Marx de recuperação do homem concreto que se tinha transformado numa série de abstrações em algumas teorias: Hegel (como predicado da idéia), em Stiner (como eu abstrato ou o único) e em Feuerbach (como homem geral).

Segundo Marx, o homem real é, em unidade indissolúvel, um ser espiritual e sensível, natural e propriamente humano, teórico e prático, objetivo e subjetivo. O homem é um ser produtor, transformador e criador.

O homem é um ser social, só ele produz produzindo ao mesmo tempo determinadas relações sociais (relações de produção), sobre as quais se elevam as demais relações humanas, sem excluir as que constituem a superestrutura ideológica, da que faz parte a moral.

Além de ser um ser social, o homem é um ser histórico, que através de suas relações comunitárias, constitui uma unidade ou formação econômico-social, que muda historicamente através da contradição entre o desenvolvimento das forças

produtoras e das relações de produção. Entende-se, então, que mudado a base econômica, muda também a superestrutura ideológica e a moral.

São os homens que fazem a sua própria história independente de seu grau de consciência do seu papel nesse processo social. Em cada época histórica, o agente principal é a classe ou as classes cujos interesses interagem com os valores do movimento histórico. A moral, como toda forma de superestrutura ideológica, cumpre uma função social. Sendo assim, passaremos, a estudar a relação entre ética e moral, na próxima parte.

2. A RELAÇÃO ENTRE A ÉTICA E A MORAL, NOS PRESSUPOSTOS DA EDUCAÇÃO MORAL

Ao abordar a relação entre a questão ética e a moral, se faz necessário levantar os pressupostos distintos de ambas às questões. Toda educação, sendo ela consciente ou não, é uma educação intencional e ética, pois quem se propõe educar seleciona o que é bom, para ser transmitido, já a moral não é selecionada por quem educa, mas sim estabelecida e padronizada pela sociedade.

A postura ética do educador é importante, pois suas ações expressam uma escolha que influencia o ser ou que venha ser do estudante. O ser humano é basicamente moral, devido a isto, em toda sua história, desde a mais primitiva sociedade, o homem segue um padrão preestabelecido de moral.

A busca de uma educação moral está no questionamento sobre a moral e a ética. A moral trata de uma resposta que exige grande sensibilidade por parte do indivíduo, para selecionar e discriminar de forma consciente e autônoma o comportamento adequado.

Se discute muito sobre os conceitos morais relevantes na educação moral. Esta dificuldade se dá devido ao conflito que há em relação à grande variedade de valores morais em nossa sociedade e ao confronto dos mesmos com os valores interno do indivíduo. Por mais que, o indivíduo não concorde muitas vezes com os valores, que a sociedade preestabelece, ele, por ser um ser social, acaba tomando para si tais valores.

O conhecimento de uma grande variedade de valores como também dos parâmetros de outros indivíduos, ajuda cada sujeito a diferenciar os valores, crenças, e princípios éticos. Isto possibilita uma resposta ética, que deve ser reflexiva e subjetiva, sujeita a um exame crítico das causas que levaram o indivíduo a dar esta e não aquela resposta a determinadas situações.

A resposta moral está embasada na consciência autônoma do indivíduo, pois esta resposta deverá ser livre, para que seja, considerada subjetiva e consciente.

É preciso, que o indivíduo tenha conhecimento das causas externas do comportamento moral, como também dos códigos morais vigentes na sociedade em que vive. A resposta moral exige ainda a possibilidade de escolha e reflexão sobre os juízos morais.

O julgamento ético, deve diferenciar as afirmações que possuem aparência de julgamento moral daqueles que realmente são, muitas vezes, algumas afirmações que se apresentam com uma camuflagem ética utilizando a mesma linguagem moral.

⁵Segundo Maria Aparecida Bicudo na sua obra "Fundamentos Éticos da Educação". O pensamento ético possui determinadas características que lhe são peculiares, tais como consciência e generalidade.

As afirmações éticas devem ser conscientes, isto é, devem possuir um respaldo consciente e seguro de ações. A afirmação ética envolve dois aspectos importantes: é o universal que corresponde a uma afirmação sobre um tipo ou sobre todos os indivíduos que se encontram numa situação, e o segundo aspecto que está relacionado com o fato dela não fazer referência a indivíduos, mas sim à propriedade.

Em relação às afirmações éticas, Maria Aparecida Bicudo esclarece que a generalidade ética exige regras ou padrões morais que sejam formulados em termos gerais, que não sejam aplicáveis a pessoas ou situações individuais apenas. Exige também, que sejam universais e construídos de tal forma, que possam ser aplicados a todos os agentes morais que se encontram em igualdade de condições.

⁵ Bicudo(São Paulo)-1982. P.18

Apesar da ética ser prática e consciente, muitas vezes o indivíduo se encontra numa situação moral conflitante, para qual não encontra uma resposta adequada aos padrões estabelecidos de moral. Isto se dá devido ao fato dos princípios morais serem contraditórios, dificultando a compreensão dos mesmos, assim dificultando o comportamento moral a ser seguido.

A educação moral dá-se a partir da identificação de valores e das ações do comportamento do indivíduo. Os valores estão relacionados com regras de comportamento vivenciadas pelo sujeito. Os valores morais adquiridos pelo indivíduo, ao longo de sua vida, estão relacionados com o processo de interação do homem com o seu meio, e suas ações estão relacionadas com os valores daqueles com os quais interagem nesse meio.

A relação entre ética e moral, na educação moral, está nos pressupostos da ação moral e na incorporação do entendimento dos valores morais apresentados; isto dá-se devido ao fato de ambas possuírem funções distintas. A moral impõe regras, condutas, crenças, já a ética procura através de uma análise, explicar tais questões e ajudar o indivíduo a adquirir a conduta de comportamento mais adequado, a ser utilizada em certas situações.

Maria Aparecida Bicudo⁶ chama atenção, para a questão de quais princípios devem constituir a base da educação moral. A medida que a pessoa aprofunda o seu conhecimento a respeito de si mesmo e sobre o meio no qual vive, as suas escolhas vão, paulatinamente, realizando-se segundo princípios morais que orientam a sua conduta. Estes princípios representam a sua própria filosofia de vida, ou seja, a sua visão de homem e de mundo.

Os princípios norteadores da educação moral devem ser não só gerais, mas abranger o modo de ser do homem individual e também a sua forma de relacionar-se com o mundo, e ainda de se expressar.

⁶ Bicudo (São Paulo). 1982, pg 18

A educação moral deverá fundamentar-se no esclarecimento das leis e dos padrões morais, pois toda lei está sujeita a uma avaliação do ponto de vista moral.

A relação da lei com a moral muitas vezes é contraditória apesar de ambas interagirem. Se, por um lado, a lei é encarada como um objeto repressor que dita regras baseadas no poder, por outro lado, a lei apresenta-se como uma ordem da razão, que têm como finalidade o bem estar comum.

Segundo Austin⁷, na sua obra "The Province of Jurisprudence Determined", a lei é um comando que obriga a pessoa, ou as pessoas... "As leis e outros comandos são precedentes de superiores, para amarrar e obrigar os inferiores, o termo superioridade significa força".

Apesar das leis, muitas vezes, serem comandos coercitivos; as mesmas podem ser sábias ou tolas, justas ou injustas. Se analisarmos o papel da lei em uma sociedade, concluiremos que, para haver uma certa harmonia das classes sociais, a lei precisa agir com rigor, para que o indivíduo se sinta seguro no seu meio, pois a lei nada mais é que uma reguladora de comportamento, dos indivíduos que são capazes de modificar, de acordo com as circunstâncias, a sua própria conduta. As atitudes morais são adquiridas através de um processo de aculturação pelo qual, o indivíduo passa ao longo de sua vida.

A escola não pode ficar apenas nas definições morais, mas sim, focalizar a percepção dos valores, ensinar ao aluno a fazer uma reflexão sobre a intenção da ação, além do conhecimento crítico dos juízos de valores emitidos.

O maior problema da educação moral está no fato de "como educar", "o que ensinar". Isto envolve problemas relativos aos métodos de ensino. A educação moral nada mais é que um auxílio dado ao desenvolvimento de atitudes válidas ao

⁷ As regras morais e a ética. edit Papyrus. (São Paulo), 1990.

estudante, para que, ele se assuma moralmente.

A educação moral preocupa-se em auxiliar o aluno a enfrentar um dilema moral, mas ela não pode apenas restringir-se à transmissão de normas e de padrões de comportamento tido como certos pelo grupo.

A educação moral precisa ter como preocupação, levar o estudante a valorizar as análises sobre os julgamentos morais emitidos e sobre os estudos dos princípios, os que, lhes conferem validade moral.

Os princípios pertinentes ao comportamento moral esclarecem que podemos somente responsabilizar-mos pelos indivíduos que escolhem, decidem e agem conscientemente. Sendo assim, tiramos a responsabilidade de uma ação moral daqueles que não têm consciência das suas ações.

É importante que a escola se responsabilize em oferecer aos indivíduos uma educação moral baseada, na crítica, na moralidade e na responsabilidade, pois o comportamento moral é de responsabilidade comum de todos os membros de uma sociedade.

É preciso que o educador tenha consciência, de que a responsabilidade de consciência no agir do indivíduo, não deve ser coercitivo isto é, a sua responsabilidade deverá vir de dentro dele próprio, pois este tipo de ação não pode vir de fora. Exige-se nesta questão que a pessoa não esteja submetida a uma coesão externa. Quando o agente moral está sob pressão a sua tendência do mesmo é perder o controle dos seus atos e ações, dificultando assim suas decisões.

É o homem que cria os valores, eles são criações humanas e só existem e se realizam no homem pelo homem. O objetivo dos valores está na essência humana e social, que não se pode reduzir ao ato psíquico individual de um sujeito. Uma das questões pertinentes da educação moral está no desenvolvimento da capacidade do indivíduo de distinguir os valores morais dos não morais. Até o

momento procuramos em nosso estudo ocuparmos dos valores relacionados com as coisas. Os valores morais existem unicamente em atos puramente humanos, isto é, o que tem significado humano pode ser avaliado de um ponto de vista moral. Estes atos deverão ser realizados consciente e livremente, os quais, são atribuídos com responsabilidade moral.

Além dos indivíduos atribuírem valor aos atos, reconhecem que o comportamento moral é um comportamento obrigatório e devido a isto o agente é obrigado a comportar-se de acordo com as regras e as normas, que a sociedade lhe impõe e excluem os atos que são proibidos por ela.

O ato moral estrutura-se em dois planos: o normativo e o fatural. De um lado, encontramos normas e princípios, os quais, tendem a regulamentar a conduta dos homens, de outro lado, um conjunto de atos que são regulamentados pelo próprio homem.

O motivo do ato moral está relacionado com tudo que impulsiona o agir a procurar alcançar um fim, um objetivo. A educação moral deve envolver um trabalho com valores abrangendo às experiências dos sentimentos; deve envolver também um trabalho com os juízos de valor emitidos em julgamentos éticos.

A relação do desenvolvimento moral com a educação moral está inserido na questão da possibilidade de estimular o indivíduo a progredir no seu desenvolvimento moral, atingindo um estágio mais alto de raciocínio moral daquele no qual se encontra.

O homem é um ser moral, pois, permanentemente, ao longo de sua vida ele toma decisões relacionadas com o comportamento moral em sociedade. A sociedade exige o tempo todo do homem que saiba se comportar e agir de acordo com as convicções que a sociedade toma para si como regras. Para o homem viver em harmonia, com seu meio ele precisa se desenvolver ao longo de sua vida como ser social. Ele deve seguir os princípios morais que deverão responder às

aspirações da sociedade e do grupo, que ele faz parte.

Constantemente o homem se vê diante de situações que requerem, que ele tome decisões no decorrer de sua vida. Estas decisões recaem tanto sobre ele mesmo como também sobre os demais membros do grupo. Através destas percepções fundamentam-se suas incertezas e dificuldades para agir.

Estas dificuldades intensificam-se devido as suas decisões morais não serem pautadas, apenas é domínio cognitivo que possui sobre o mundo que o cerca, refletindo também sua sensibilidade enquanto ser moral. A próxima parte tratará do problema ético, e suas várias razões, através da elucidação de tais razões, iremos justificar a problemática ética.

2.1. PROFESSOR ENQUANTO SUJEITO ÉTICO

A gênese ontológica da ética torna possível a construção do professor como sujeito ético nas relações sociais e políticas como uma pragmática da vida (tomada ela própria como critério).

A ética, como uma pragmática de vida, está comprometida com o próprio processo da vida à qual pertence, trazendo para a ação concreta dos docentes a preocupação consigo e com o outro, e a responsabilidade com os melhores modos de vida coletiva, isto é, ela engendra uma estética da vida.

Essa mudança de paradigma – a ética como uma estética da vida, na ação do docente, sucedendo a concepção moral (tradicional) do que é viver – passa, necessariamente, pelos modos de funcionamento da subjetividade e do comportamento humano como uma radical passagem do docente da condição de objeto à condição de objetivo. O parâmetro da alteridade ganha vigência para que o

outro, partilhem o mesmo direito à existência. A moral estasia a autopoiese do vivo, a ética a potencializa.⁸

As atitudes que os indivíduos e os grupos (as coletividades) desenvolvem frente aos desafios de sua condição, vão revelar coreografias dos encontros e desencontros de forças ativas e reativas, os fios visíveis e invisíveis que se tramam sob os valores aceitos pela moral e pela política. Sendo assim, o docente tem por obrigação de vida, portar-se com ética, vivenciá-la e repassá-la aos seus discípulos. É onde a ética continua e engendra-se como possibilidade de desfazer permanentemente a moral e a política deslocando-as para outros patamares de afirmação da vida.

O antagonismo entre o ser e a consciência, proposto pela Sociologia para explicar a força ativa do capital na configuração da História, deixa de captar a força de devir que problematiza o trânsito incessante entre o caos e o cosmos. O esforço de viver e pensar a subjetividade como produção heterogenética permitiria aos docentes captar as mutações ontológicas, as ondas de novidade que se formam na vida coletiva.

Da constatação que a democracia (hegemonia da ética) e a miséria (uso abusivo e arbitrário do poder) são incompatíveis e, por outro lado, da assunção de que o reconhecimento das desigualdades e iniquidades sociais impõem um comprometimento diferenciado do educador com um futuro comum possível, é sob o olhar ético que organiza a relação do eu com o outro que se enuncia um novo projeto de vida. A ética, tomada como critério da própria vida, forma uma realidade de cuidados do homem da ética para com a vida em um nível de radicalidade até então desconhecida, tanto pela tradição igualitária cristã, quanto pelo humanismo moderno e laico. Do trânsito caos-cosmos, uma espécie de caosmose, a relação da subjetividade com sua exterioridade – seja ela social, animal, vegetal, cósmica – condição de uma solidariedade interespecífica (avançando radicalmente a

⁸ VIEIRA, P. *O Brasil na ética do 3º milênio*. Brasília: UnB, 2000. p.18

solidariedade intra-específica e moral da Declaração Universal dos Direitos Humanos, por exemplo) produz continuamente uma ética legitimamente heterogenética.

A processualidade da ética está em assumir, individual e coletivamente novas práticas estéticas entre os registros do meio ambiente, das relações sociais e da subjetividade humana, isto é, investir um processo contínuo de ressingularização que ponha em rede “a subjetividade em estado nascente, o socius em estado mutante e o meio ambiente no ponto em que pode ser reinventado”. Igualdade e diversidade são princípios éticos que precisam ser perseguidos o tempo todo pelo educador, heterogeneticamente. A igualdade que elimina a diversidade acaba com a igualdade. A igualdade que reifica a diversidade acaba com a igualdade. A diversidade, preservada em circunstâncias individuais, enclausura identificações e não produz subjetividades, fragmentando o coletivo.

A voz corrente no pensamento pós-moderno de respeito às diferenças, convivência com as diferenças, aceitação da pluralidade, para serem tomadas como elucidativas da solidariedade, precisam implicar também uma resistência à política do vale-tudo ou do salve-se-quem-puder, interpretações capturadas pela hegemonia da subjetividade capitalística.

A emergência de novas estéticas da ética à educação, às relações sociais, à subjetividade humana e ao meio ambiente indicam o esboroamento dos outros modos de vida, encontro com a bifurcação fim do mundo – fim de um mundo, destruição – singularização. As múltiplas expressões daí decorrentes, produtoras das rupturas de sentido, também são assustadoras e temerárias. Uma sensação de provisoriedade cercada de riscos, de incertezas e de ambivalência põe em movimento a vida. O ser se assemelha ao artífice. Neste caso, como diz Laymert G. dos Santos, ser é esculpir, no tempo, a vida. Vida como obra-de-arte, na qual a função do educador é única e irrevogável.⁹

⁹ VIEIRA, P. *O Brasil na ética do 3º milênio*. Brasília: UnB, 2000. p.25

Como acolher esta experiência do educador para a ressingularização contínua é a interrogação da ética processualizando-se. É uma questão de luta de fronteiras, o real tocando o virtual, o dentro alcançando as bordas do fora, ou atingindo o singular estado de educação sem educação.

A ruptura com a hegemonia estruturalista de explicação, tanto do que acontece às pessoas, como à sociedade, permite pensar uma estética da ética não mais pela lógica da educação, estrutura e articulação, mas pelas linhas de tempo, processo e contradição.

A resposta ética do educador ao desafio operado pela Educação em si mesma, isto é, em seu papel de educador, foi a construção de uma nova estética à ética. A contradição visível do papel de educador é o encontro com a reverberação do desassossego da subjetividade e a necessidade de encontrar sua tradução na Educação, pois a produção do ensino-aprendizagem termina por coagular essa processualidade, cristalizar/congelar um estado que representa uma marca mas que não continua se existencializando em singularidades subjetivas. Para o educador é essa contradição que emerge como necessidade aos seus objetivos, e o educador tenta traduzir a germinação criativa das subjetividades não mais coagulando-as nas fórmulas de educação arcaica, mas querendo revitalizar a potência criadora do alunado em seu estado germinativo, no observador da obra-tradução-da-vida.

As estéticas de existencialização que corporificam políticas por oposição à moral das regras coercitivas, políticas de exclusão e modos de existência capturados e padronizados heteronomicamente, são sem dúvida alguma, a cerne do problema ético do educador, que deve manter-se alerta e não se deixar iludir por falácias. Seja na vida individual ou coletiva, o impacto de um novo paradigma ético, descritor de uma nova estética da vida, abre acesso a focos de subjetivação criativa em estado nascente. A ética se situa nos limites do julgamento que vai determinar o habitual e o costumeiro, ou o engendramento de diferenças, heterogênesse, novidade. Uma nova estética da ética, que reinventa a política e a própria democracia, tem seu estado

nascente no interior mesmo da subjetividade humana, como um singular estado de educação sem educação.

2.1.2. A Ética do Involuído e a do Evoluído, segundo Ubaldi¹⁰

Afinal que ética para o educador é essa a que nos referimos? Quando mencionamos o surgimento de uma ética de colaboração e de justiça no processo de internacionalização do mundo e de formação do conceito de humanidade que aos poucos vai substituindo o conceito de povos, quando falamos nessa ética nós o fizemos tomando como referencial o ponto de vista de Pietro Ubaldi, que agora procuraremos mostrar sinteticamente, antes de discutirmos um pouco a questão relativa ao Brasil. No entanto, é preciso trazer aos presentes a essência do que seja ética no campo da filosofia e no pensamento de vários estudiosos de renome, para que se possa entender a posição de Ubaldi a esse respeito.

A ética para o educador tem a ver com juízos de aprovação e desaprovação, de certo ou de errado, de bom ou de mau, de virtude ou de vício, de desejabilidade ou de sabedoria das ações, disposições, fins, meios, objetos ou estados dos assuntos. Pode-se distinguir dois rumos na ética: de um lado, interesse com a explicação e análise sociológica e psicológica dos nossos julgamentos de valor, mostrando em que consistem a nossa aprovação ou desaprovação e porque aprovamos ou desaprovamos alguma coisa. E, por outro lado, um interesse em sugerir rumos para ação, fins, ou meios de vida que poderiam ser adotados como corretos e bons ou como virtuosos e sábios, em lugar de outros que são errados, maus, viciosos ou insensatos. Neste último caso, o interesse é mais em ação do que em aprovação, mais na orientação da ação do que na sua aprovação, persistindo o interesse em encontrar ou estabelecer um padrão médio ou ideal de conduta ou de caráter. Esses pontos de vista predominam na obra de Hume, de Schopenhauer, na dos evolucionistas Westermarck e Schlick e na de alguns positivistas modernos.

¹⁰ UBADI, P. in VIEIRA, P. *O Brasil na ética do 3º milênio*. Brasília: UnB, 2000. p.77

Resumindo, há duas teorias na ética: a teoria dos valores, ou axiologia, que trata dos juízos de valor e das idiossincrasias, isto é, das condutas e maneiras de ser, agir e pensar, enfim, valores intrínsecos ou extrínsecos, morais ou não morais; e a teoria da obrigação, ou deontologia, que trata da obrigação e da responsabilidade pessoal no desempenho de nossas atividades, e do estabelecimento de regras de conduta.

Vale a pena lembrar que assim como a temperatura pode tanto significar "frio" ou "quente", o termo valor pode também significar bom ou mau, ou uma escala do máximo possível de mau até o máximo possível de bom. E em face do caráter ascensional da vida humana, onde o espírito contém um apelo intrínseco para a evolução, pode-se afirmar que o juízo do que é bom e do que é mau está diretamente relacionado com os estágios evolutivos da humanidade: no passado, já foi normal isto é, bom, comer-se o coração do herói para assimilar as suas qualidades, hoje é no mínimo um crime; certas tribos ainda ostentam homens e mulheres convivendo nus em pelo, mas nos meios mais sofisticados como aqui, por exemplo - se alguém aparecesse nu em público, seria no mínimo um atentado ao pudor e poderia dormir no xilindró.

Então, pode-se resumir a questão da ética, dos valores, à questão das condutas e maneiras de ser aceitas num determinado instante na complexidade da sociedade. Algumas condutas e maneiras transcendem aos séculos; outras, assumem a condição de modismos e são tragadas na própria dinâmica da sociedade a curto espaço de tempo.

Não se deve confundir, porém, ética com estética. Esta última é como um irmão gêmeo da ética, mas se interessa pelo que é belo ou feio, agradável ou desagradável aos sentidos, e não pelo que é bom ou mau. Interessa-se a estética pela atraência ou conformidade de percepção, e tem mais lugar quando examinamos, por exemplo, uma pintura, ouvimos música, apreciamos uma escultura ou admiramos um aspecto qualquer da natureza que nos rodeia.

A obra de Pietro Ubaldi aprofunda esses postulados, dando-lhes mais consistência e maior profundidade ao conjugar a ética à questão da evolução, o que, de resto, lhe permite afirmar que afinal prevalecerá uma ética de cooperação, colaboração e justiça, como estágio mais avançado de um comportamento que pode ser entendido como ética da força e da astúcia. Para Ubaldi, o fenômeno da ética, como todos os fenômenos, está sujeito ao processo evolutivo. E isso acontece porque no estado orgânico originário, o do Sistema, cada ser estava fechado entre limites estabelecidos de conhecimento, em relação à função que, no organismo do todo, lhe cabia realizar. A tentativa de sair e subir acima destes limites, configurou uma revolta, como aconteceria se uma célula de tecido muscular quisesse tornar-se célula de tecido mais nobre, como a nervosa ou a cerebral. O ser ter desejado descolar a sua posição estabelecida por Deus significou desordem que se levantou numa tentativa de destruir a ordem universal. Mas tal ordem havia sido estrita e fixada por Deus na Sua Lei, sem possibilidades de destruição, acima de qualquer tentativa de desordem. Aconteceu então que a desordem ficou fechada dentro da ordem, foi limitada e disciplinada pela Lei e acabou por fim canalizada num caminho bem estabelecido, isto é, o da involução e da evolução. Ou seja, em lugar de romper a lei e quebrar a ordem, o ser emborcou-se a si próprio, só para si semeando a desordem dentro da ordem, que permaneceu inviolável, vale dizer, o tiro saiu pela culatra, atingindo apenas os rebeldes. Vê-se então vigorar o princípio pelo qual, se a causa gera efeito, este tem de voltar a ela, que é o seu ponto de partida. É por esse princípio que se pode afirmar que quem fez o bem, como o mal, a si próprio o faz. Em vez de conseguir sabedoria sem limites, o ser projetou-se na ignorância, isto é, no Anti-Sistema - que representa a plenitude da realização do plano da revolta, onde o ser em vez de encontrar o estado desejado de máxima sabedoria e felicidade, encontrou-se na condição de máxima ignorância, sofrimento e insatisfação. E é essa insatisfação o que mais impulsiona, por um instintivo e irresistível desejo de libertação da dor, para o progresso no caminho da evolução. Assim o ser terá de volta à sabedoria no seio de Deus mas terá de descobrir a porta para sair do cárcere dos seus sofrimentos, e isto por tentativas infinitas, tateando as paredes como um cego e batendo contra elas a sua cabeça até aprender de novo todo o conteúdo da Lei.

A ética tem pois o valor de conter as normas de conduta que em relação ao nível evolutivo que o ser atingiu cumprem a função de iluminá-lo nas suas tentativas, para que ele, cometendo cada vez menos erros possa cada vez mais libertar-se do sofrimento que deles decorrem. Representa então a ética o guia que nos orienta e dirige o caminho da evolução, o que nos leva para a salvação e felicidade.

O referencial para a ética é então a evolução, como vimos. E o ponto de referência da ética, a unidade de medida do valor positivo ou negativo das nossas ações, é a Lei de Deus. Tudo que está dentro das regras dessa Lei é bom e lícito, e o que está fora é ilícito. Ou seja, tudo que contribui para a evolução é moral, e tudo que a atrapalha é imoral; ou ainda, moral é tudo que pela obediência à Lei de Deus, constrói; imoral é tudo que, pela desobediência a essa Lei, destrói.

Como há vários planos ou níveis de evolução entre os seres, pode-se inferir que também as éticas não são todas iguais pois dependem da forma mental dos indivíduos, ou de sua maneira de conceber a vida conforme o nível biológico. Por isso mesmo, pode-se afirmar que, como no mundo o nível biológico oscila do plano do involuído ao do evoluído, a ética também reflete esse continuum. Ela vai da fera ao santo, do nível do subdesenvolvido, selvagem feroz ao nível do super-homem, civilizado, evangélico. A maioria de nós segundo Ubaldi se equilibra no meio termo, com uma moral ambígua e anfbia que pretende ser a do evoluído quando na maioria das vezes é do tipo involuído.

Para o involuído que caiu no separatismo do Anti-Sistema, o ponto de referência não é o organismo do todo, em função do único centro para todos, que é Deus, mas é, isso sim, somente o centro particular constituído do seu eu. Nesse caso, a sua medida do bem ou do mal é representada unicamente pelo seu interesse: o bem para ele é o que lhe é útil, e o mal é o que constitui o seu dano. Exatamente por isso é que, para ser compreendida e obedecida a Lei de Deus usa o método do prêmio ou do castigo. Assim agem alguns docentes. No plano relativo, o próprio indivíduo é que acaba construindo para si a sua própria lei, o que significa

dizer que cada qual fazendo o mesmo, ter-se-á pulverizado a Lei de Deus no caos de tantas leis particulares, ligadas entre si apenas no que têm de negativo e de rivalidades na luta infernal que prevalece no mundo.

Mas esse estado de atrito e destruição significa fraqueza, enquanto que a união faz a força, porque a evolução, conduzindo ao sistema, devolve ao ser o seu poder originário. Como isto é uma vantagem, afinal de contas, o ser para gozar dela sente-se impulsionado a abandonar o separatismo do Anti-Sistema, para se fundir com os outros seres na unidade do sistema, e assim é automaticamente constringido a evoluir.

Quanto ao plano sócio-político, Ubaldi dá um bom exemplo: a nossa organização social se baseia no princípio da autoridade, a qual até há pouco tempo era exercida em nome de Deus por quem se auto-nomeava seu ministro. E isto significa em última instância que quem assumiu tal autoridade deveria praticar uma ética superior à do plano humano, corrigindo a força com a justiça, a mentira com a verdade, a traição com a honestidade e com isto ajudar a levantar o nível biológico do involuído ao nível do evoluído. Muita gente acreditou nisso durante muito tempo até o dia em que de tanto sofrer percebeu que a ética dos mandantes não era outra senão a sua própria, ou seja a mesma praticada pelos súditos. E percebeu-se que todos estavam afinal no mesmo plano, e que os chefes longe de dirigir por direito divino ou pela superioridade moral, o faziam pelo direito do mais forte. O povo então resolveu não aceitar mais isso e escolher ele próprio alguém que governasse em seu nome, tornando o regime representativo a maior extensão dos interesses protegidos. Da ética de nível superior, mas não praticada, o povo desceu para uma ética de nível mais baixo, prático, sem ideais, a do interesse. Nesse tipo de ética que põe tudo no mesmo plano dos interesses egoístas, ambas as partes - governantes e governados - se conhecem e se compreendem. Os dois impulsos opostos, cada um para defender o seu interesse param no ponto de equilíbrio. E quando a força não basta ou faz falta, segue-se então o caminho da astúcia, que representa a força mais sutil, a da inteligência, com todo o seu cortejo de enganos e escapatórias.

Essa ética que acabamos de sumariar é a do involuído. Ética segundo Ubaldi própria de um sistema social pesado porque baseado no egoísmo, na desconfiança, na luta e que, por isso mesmo, requer infinitos controles, eis que cada célula do seu contexto tem de ser constringida a cumprir o seu dever. Sistema social onde a máquina da ordem social civil ou religiosa não pode funcionar senão por disciplina imposta à força ao indivíduo naturalmente rebelde a qualquer obediência.

Essa ética do involuído é exterior formal, de superfície, apegada às aparências, que deixa possibilidades de enganar; sistema que para realizar-se necessita de um constringimento que chega de fora e do apoio da força material ao psicológica, precisa do medo do dano ou prejuízo ou da cobiça da vantagem porque somente por estes impulsos o egoísmo do indivíduo mergulhado na sua ignorância sabe funcionar.

O entendimento de Ubaldi sobre a ética do evoluído, ética que é sobretudo interior, substancial, profunda e apegada a verdades que não deixam possibilidades de enganar. Essa ética constitui um sistema que se realiza espontaneamente só pelo apoio do convencimento e da convicção porque a consciência despertou e tirou o indivíduo da sua ignorância, de modo que agora, livremente, ele se pode dirigir com o seu conhecimento. Essa ética é mais livre mas é também mais rigorosa: é sempre mais difícil de se subtrair às exigências da substância do que às exigências da forma. O evoluído antes de tudo exige virtude de si próprio porque está convicto de que sua finalidade é evoluir mais ainda. Assim, para a forma mental do evoluído a nossa sociedade atual tanto no terreno civil como no religioso admite como lícitas ações e métodos que aquele biótipo não pode praticar e aos quais ele se rebela porque, para ele, são profundamente imorais e representam um instintivo produto do subconsciente, tolerável apenas num nível de existência mais baixo.

Essa ética tende a ser condenada em nosso mundo, pois, predominando nele a do involuído, estes tendem a julgá-la como utopia. Mas a utopia de hoje é

muitas vezes a realidade do amanhã. Além disso o único meio de se fugir aos sofrimentos do mundo atual é o esforço para que se torne real um mundo diferente. Quem não deseja libertar-se dos sofrimentos que vive? O que é o progresso senão uma contínua corrida na procura de superiores formas de vida que no passado foram julgadas utópicas?

Neste ponto Ubaldi chega a ser duro na sua argumentação ao ponderar que se tudo isso deve ser desprezado, então fiquemos satisfeitos com os métodos, sofrimentos e perigos atuais, até que eles nos levem talvez até a destruição da humanidade. Ameaça que, de resto, é real com a psicologia do involuído e a atual carga de bombas atômicas. No mínimo, o homem ficará mergulhado no seu ambiente de ilusões até que o sofrimento tenha desenvolvido a sua inteligência o suficiente para ele entender que, para sair do impasse,

"é necessário que ele supere a sua atual forma mental e a ética da força a ela relativa, para assumir a forma mental do evoluído, hoje julgada utópica, e respectiva ética de justiça." (Pietro Ubaldi)¹¹

De qualquer modo a mudança de uma ética para a outra ocorre pela maturação biológica, de mudança na substância como já vimos. Trata-se então de substituir ao princípio fundamental do nosso nível biológico, que é o da luta pela vida pela seleção do mais forte, princípio individualista e separatista, o outro colaboracionista, num estado orgânico unitário. Substituir-se ao princípio da luta egoísta do ignorante, o da compreensão e colaboração do homem inteligente. Cuida-se, portanto de uma transformação fundamental que não é de superfície que muda só a forma, mas de profundidade, que muda a substância; de uma transformação que não pode ser realizada pelo capricho e interesse de grupos humanos, mas só pelo amadurecimento evolutivo realizado pelas forças biológicas. É aqui que temos a fundamentação da ética do educador, enquanto sujeito no processo de sociabilização do ser humano.

¹¹ UBALDI, P. apud VIEIRA, P. *O Brasil na ética do 3º milênio*. Brasília: UnB, 2000. p.122

Para encerrar esta parte de natureza conceptual é preciso lembrar que as transformações impostas pelo processo de maturação biológica foram lentas no passado, mas adquiriram velocidade numa aceleração incrível no atual momento histórico de renovação rápida, decisiva, porque está se realizando a passagem de um nível evolutivo para outro superior.

Partindo de metodologias diferentes, seja como o referencial antropológico, seja com o político e social, todos chegaram a pontos comum de conclusão no sentido de que faltou num determinado momento da nossa história o ingrediente que iria favorecer a passagem do individualismo para o associativismo, para o espírito público e para o respeito para o que é comum. Ou seja, ficamos congelados num estágio que, na trajetória do estado moderno, é meramente o estágio inicial da formação da sociedade. E por isso, enquanto outros estados evoluíram para estágios mais estruturados e mais contratuais, como o mercantilismo, o capitalismo e a industrialização, permanecemos estagnados no individualismo. De tal modo que, infelizmente, de um modo geral e admitidas as exceções que a parcimônia científica impõe, flagramos, ainda hoje, a ausência - agora disfuncional - do caráter social naquilo que tem de mais expressivo: o associativismo, o espírito de cidadania, o senso de municipalidade, o respeito ao que é comum e ao que é público, qualidades essas essenciais à formação de uma cultura política de participação, isto é, de uma cultura que saiba representar seus interesses e escolher aquele que irão materializá-los investidos nos cargos públicos.

Tudo isso faltou entre nós de tal modo que nos eventos mais marcantes da nossa história faltou exatamente o que nunca poderia faltar: o próprio povo. Alguns estudiosos, quando constataram esse fato em suas pesquisas, chegaram a uma conclusão dramática: o estado brasileiro é um estado sem povo! Um estado onde as medidas, as decisões, os rompimentos políticos e institucionais sempre foram resultados das inquietações de uma pequena elite ou de grupos particularmente interessados na solução de seus próprios problemas. É claro, tanto grupos quanto elites, sempre justificaram seus gestos em nome do povo - povo que na realidade sempre soube das modificações nos cochichos, nas esquinas, nos

jornais, no rádio, na televisão. Foi assim na independência, foi assim na república, foi assim na revolução de 1930, foi assim no golpe militar de 1964 que instituiu o regime mais perverso que já tivemos em todos os tempos no Brasil.

Um povo que não desenvolve o espírito político, que não desenvolve o espírito da reivindicação legítima dos seus interesses comuns e coletivos, que não aprende a escolher os seus representantes para a definição institucional dos seus rumos, é um povo que deixa um vácuo político que é preenchido sempre por pessoas que se julgam saber o que é bom para o País, por regimes com forte senso de auto-suficiência que baseiam sua ação no raciocínio simplista de que eles é que sabem o que é bom para o povo; de que o povo desorganizado não sabe o que quer; e de que é preciso pois que o governo e a burocracia decidam o que é bom para esse povo alheio que não sabe o que quer. Oliveira Vianna mostrou em sua obra que a nossa sociedade sempre foi politicamente organizada e que o vácuo político sempre foi preenchido por uma vocação autoritária.

3. O PROBLEMA ÉTICO

Primeiramente abordaremos a ética filosófica no seu contexto cultural e teórico. A ética filosófica apareceu como a manifestação de uma vontade infinita de buscar a norma das normas ou a lei das leis normativas da conduta humana.

A evolução "histórica e lógica" da ética filosófica, induz a consciência humana a "refletir" sobre o que é sagrado, ou antes, sobre o que já não o é.

Na atividade do pensamento lógico, tudo o que é humano ou, melhor dizendo, tudo que é problemático num dado momento, vai sofrer a ordenação e um pensamento racional. O pensamento racional só é reconhecido como tal quando é discursivo, com a vontade de reportar tudo que é reportável num sistema de relações ou de funções.

Os homens sempre praticaram a moral com prescrições rigorosas da norma da conduta e das ações morais. E nem mesmo o homem preocupou-se em conceber uma ética filosófica, isto é, estabelecida independentemente do sagrado, para justificá-lo pois uma ética é constituída unicamente por razões e cadeias de razões.

A configuração física e moral de todo indivíduo social depende das diversas formas de sociedades, ao longo do tempo e do espaço, mas esta configuração é diferente para a criança e para o adulto: as crianças aprendem, já o adulto não cessa o seu processo de adaptação ao longo de sua existência, isto é, esta forma de comportamento se dá através de preceitos sociais, de maneiras de "bem viver" ou de uma educação cívica, que tem sua origem nas instituições.

A ética, considerada como sistema moral coerente pertence a um sistema filosófico mais vasto, ao qual se coordena e que freqüentemente ela comanda, sob certo ponto de vista.

O primeiro problema ético é aquele cujo solução oferece a condição, sem a qual a ética filosófica não seria possível. Sob o prisma de um ponto de partida dogmático, quanto ao que legitimamente deve abrir para o conhecimento do bem e realiza a ciência suprema, surge a ética filosófica.

Com a contestação de uma crise moral surge um estado de alerta, que é a condição de retomada da reflexão ética. Esta reflexão diz respeito aos princípios e leis normativas.

Com a atenção voltada para a problemática da ética, evocou-se a necessidade de uma técnica engenhosa (no caso a lei normativa) para substituir a antiga forma de atividade tradicional, que é acompanhada por uma técnica de argumentação e de operação própria para elaboração de um novo pensamento.

Esta mudança é suficiente para provocar uma reviravolta nos costumes efetivos, assim como também uma mobilização séria a respeito do problema ético fundamental, procurando perspectivas para sua solução.

Se indagarmos porque devemos ser bons, outro pessoa afirma que a busca do bem em si (ou do bem supremo, ou bem da cidade), não é mais o objeto nem o fim da filosofia moral; já uma terceira pessoa, recusa que a ética não seja nem relativa e nem subjetiva.

As "éticas", nascidas de campos diversos de especialização, e crescendo com o desafio dos problemas da modernidade, não estão submetidos ao critério da coerência filosófica. Ao analisar-mos a problemática ética, encontramos dois problemas sistemáticos: de um lado, enfrentamos o problema de especialização e de outro, mantém-se um problema de generalização, sem o qual não há ética filosófica.

¹²Segundo G.E.More na obra princípios éticos: "No começo do século, a palavra 'bom' pode ser definida em termos de conotação, enquanto os caracteres conotados não podem ser analisados, e, pois não podem ser definidos".

Depois das teorias de Kant, Hegel, Nietzsche, Freud e Lacan, tornou-se evidente que a dialética do desejo não se desenvolve somente em virtude da indicação do objeto do desejo, mas age ademais retroativamente sobre o ponto de partida que, de sujeito possível tornou-se sujeito por reflexão, que chamamos sujeito da lei e sujeito do poder.

Para Kant, "o sujeito da lei moral", antes de pensar em admitir prescrições comuns, os diferentes sujeitos da lei moral têm como primeira obrigação reconhecer em si mesmo, e nos outros o caráter sagrado da pessoa humana, porque aquilo que esta lei ordena é para ser acertado sua vontade livre; a pessoa está em condições de aceitar a lei. A vontade não teria que se submeter se não fosse tão sensível quanto livre.

Quando exige-se um mínimo de moralidade, o indivíduo "age de tal forma que a máxima da tua vontade possa ao mesmo tempo sempre valer como princípios, de uma legislação universal". O princípio da universalidade está, contudo, submetido a uma condição moral de realização que não é veracidade.

Segundo os princípios kantiano a respeito da universalidade, ele cita em:

"O primeiro ato moral seria inepto, se não implicasse em paradoxo e que é o postulado da veracidade seria em vão, com efeito, pretende alçar a máxima de nossa vontade ao nível do valor de um princípio da legislação universal, se a verdade subjetiva não fosse respeitada pela própria pessoa".

Estamos, então, no coração do problema ético, sob as condições verdadeiras da nossa intenção pura de agir. Conseguiremos algum dia cumprir uma ação que respeite fielmente os códigos morais?

Para Kant, talvez nunca teria existido a ação moral pura; em todo caso, é impossível "estabelecer", por experiência, com inteira certeza, um único caso em que a máxima de uma ação seja pura.

¹² More.G.E. Princípios éticos. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

Não podemos avaliar a intenção, não somente dos outros, mas a própria, porque na realidade não podemos nunca, nem mesmo com o mais rigoroso exame, penetrar, nos pensamentos mais que secretos.

Espera-se de um enfoque de ética geral e fundamental, e também como o objetivo desta parte propõe o enfoque sobre os problemas éticos, numa perspectiva histórica atualizada. O que teria a ética a dizer hoje, em geral, e no fundamental, dentro de um estudo que trata de um tema tão contemporâneo e tão urgente quanto doloroso? Mas antes de desenvolver alguns conceitos da filosofia, pretende-se levantar algumas das questões filosóficas e éticas que estejam subjacentes aos problemas éticos surgidos na modernidade, bem como os desafios de novos comportamentos éticos que estes representam.

Por outro lado, há na ética uma convicção já antiga de que dos fatos apenas não se podem derivar deveres ("a falácia naturalista"). Portanto, após termos mencionado alguns fatos, precisamos de uma reflexão e de alguns princípios ou argumentos, que só as teorias nos fornecem.

Quanto à terminologia: falaremos da moral ou da ética. Pois podemos usar aqui as duas palavras mais ou menos como sinônimas, a não ser quando quisermos enfatizar mais o lado da reflexão pessoal consciente, então se dirá moral, ou o lado dos costumes concretos, das tradições das formas de agir de um povo ou de uma civilização, e então falar-se-á da ética, a alemã (com Kant e Hegel e a interpretação que este último deu de Sócrates e da eticidade grega). A palavra ética fica também reservada, ao nível epistemológico, para a disciplina de reflexão filosófica, enquanto se usa em geral a palavra moral para os questionamentos da ação concreta numa sociedade específica. Neste sentido, ninguém estranhe se ouvir dizer, por exemplo, que a ética é o estudo da moral.

No campo da reflexão sobre o agir humano, destacam-se hoje em dia três grandes tradições filosóficas: a primeira reporta-se geralmente aos escritos de Aristóteles, o grande mestre grego que viveu há uns 2.300 anos, e que situou a sua "ciência das virtudes" entre a Física e a Política. À rigor, as ciências filosóficas da

práxis deveriam ser três: a Ética, centrada no agir individual, a Economia, que deveria estar voltada para a práxis doméstica ou familiar, e a Política, idealizando as relações humanas dentro do universo da cidade/estado e das cidades entre si (ela já foi escrita no período do Império Alexandrino). O que caracteriza a ética aristotélica e dos seus seguidores, é que ela estuda o agir a partir de uma concepção do homem entendido como: um animal político, que tem linguagem e muitas vezes age logicamente (ou deveria fazê-lo) e que precisa desenvolver-se dentro de uma sociedade concreta, num período de tempo, dentro de formas concretas de governo de uma cidade, se quiser ser feliz.

O ideal de Aristóteles então é o do homem virtuoso, significando a virtude uma força, um vigor, uma excelência relacionada aos valores práticos e intelectuais da existência. O mais virtuoso seria o mais capaz de realizar-se como homem, atingindo assim a felicidade (eudaimonía), meta procurada por todos. Esta felicidade supõe um certo equilíbrio de bens, pois o homem, ser complexo, não busca simplesmente um único bem. Precisa de ar para respirar, de comida e de bebida, de saúde para sentir-se bem, de algum dinheiro, de alguns amigos, de algum reconhecimento público e respeito por parte da sociedade ou do Estado, e precisa até ter algum tempo para poder dedicar-se às reflexões filosóficas, metafísicas, bem como precisa assistir a algumas representações teatrais, para, participando das tragédias, crescer moralmente. Como estamos vendo, o comportamento ético, estudado pela filosofia da práxis dos aristotélicos, inclui não somente as reflexões especificamente "morais", mas supõe também uma certa sabedoria ou prudência para o trato com o mundo.

Outra característica da ética aristotélica é uma certa noção de natureza humana. Há coisas que nossa reflexão mostra ajudarem à natureza, outras vemos que lhe são nocivas. Parece que esta tradição filosófica, hoje mais uma vez em grande voga, influi decisivamente dentro e fora das igrejas, para o debate com os cientistas. Ou seja, o argumento, às vezes demasiado apressado, é sempre: isto ou aquilo vai contra a natureza humana. Mas poderíamos levantar a pergunta: onde está estabelecida de maneira definitiva esta natureza, este modo de ser próprio do homem? Será que toda ela poderia realmente ser deduzida através de silogismos a

partir da definição inicial do "animal rationale"; definição, aliás, que Heidegger considera pouco proveitosa?

De qualquer maneira, para a problemática da ética contemporânea, esta concepção não serve apenas para refletir sobre a necessidade da saúde corporal e dos comportamentos mais ou menos "naturais", mas poderia ser muito inspiradora no que tange à sua teoria das virtudes. Pois mesmo a teoria da virtude como um "justo meio" (tantas vezes incompreendida), tem muito a nos ensinar ao enfrentarmos o desconhecido.

Colocando apenas o exemplo da coragem, (para nem falarmos da virtude da justiça): coragem, para Aristóteles, é um justo meio termo, adequado ao homem, entre a temeridade e a covardia. Ora, se a coragem é uma virtude desejável, então temos de questionar muitos comportamentos covardes, comuns em nossa sociedade atual, que busca geralmente apenas o conforto, a facilidade, a segurança, o prazer e a saúde a qualquer preço. Enquanto a tradição histórica de ordens e famílias religiosas, não somente cristãs, favorecia o heroísmo do atendimento aos mais sofredores, mesmo arriscando a saúde e a própria vida, pois não há maior amor do que dar a própria vida pelos seus irmãos, e uma vez que o Senhor dirá um dia: "a mim o fizestes", nossos costumes atuais secularizados propendem muitas vezes apenas para o hedonismo, e privilegiam demais o medo, coisa que Aristóteles, um pagão, não deixaria de abominar.

¹³A segunda grande tradição ética, de estilo mais anglo-saxônico, é a corrente do utilitarismo. Os seguidores deste modo de pensar são geralmente muito pragmáticos, de certo modo imediatistas (contentando-se com uma moral provisória), são menos especulativos, e raciocinam praticamente assim: o maior valor ético deve consistir em procurar o maior bem possível para o maior número possível de homens (ou, como preferiria dizer Peter Singer, em sua *Ética Prática*, "de pessoas"). Esta formulação é útil e prática, e pode ser usada muitas vezes.

¹³ Ver na Obra *As regras Morais e a ética*, de Lyons David -1935.

Ela tem a vantagem de não perder tempo em especulações que acabam atrapalhando, ou mesmo substituindo, o agir. E não há dúvidas de que no campo da moral ou da ética as palavras jamais conseguem substituir as ações. Lembremos apenas dois exemplos: no Evangelho, a parábola dos dois filhos, quando um diz "não", mas se arrepende e faz a vontade do pai, e o outro diz "sim" e não faz, talvez até achando que já fez o suficiente ao prometer que o faria. O mesmo acontece, partindo agora para a literatura, com as filhas do Rei Lear, em Shakespeare: duas delas juram amor ao pai, mas, como insinua Kent, suas "words of love" não são seguidas por "works of love". Entretanto, também se poderia objetar que o utilitarismo move-se um pouco no ar, na medida em que não define o que seria este bem. O que se deve conseguir para o maior número possível de pessoas: mais livros ou mais manteiga? E o próprio Aristóteles, muito antes de nosso tempo, já poderia lembrar-lhes de que o útil é sempre um valor relativo, ele não é bom em si, mas bom para uma outra coisa, e portanto esta outra coisa é que merece realmente todos os nossos esforços. Mas sobre o que seria o bem final para os homens, está corrente geralmente não pensa muito.

A terceira grande tradição filosófica que atua e vigora até hoje é a da linha kantiana, centrada sobre a noção de dever. Parte das idéias da vontade e do dever, conclui então pela liberdade do homem, cujo conceito não pode ser definido cientificamente, mas que tem de ser postulado sempre, sob pena de o homem se rebaixar a um simples ser da natureza. Kant também reflete, sobre a felicidade e sobre a virtude, mas sempre em função do conceito de dever. É famosa, na obra de Kant, sua formulação do chamado "imperativo categórico", nas palavras: "Age de tal modo que a máxima da tua vontade possa valer sempre ao mesmo tempo como princípio de uma legislação universal". Kant reconhece que esta é apenas uma fórmula, porém ele, que gostava tanto das ciências e que não tinha a intenção de criar uma nova moral, estava apenas preocupado em fornecer-nos uma forma segura de agir. Sua ética é, pois, formal, - alguns até dirão formalista.

Ora, o pensador alemão, com seu imperativo categórico, nos forneceu, na prática, um critério para o agir moral. Se queres agir moralmente, (isto é, para Kant, racionalmente,) - o que aliás tu tens de fazer - age então de uma maneira realmente

universalizável. Pois aqui está o segredo da ética kantiana: a universalização das nossas máximas (em si subjetivas) é o critério.

A moral kantiana, de certo modo, também pressupõe um conceito de homem, como um ser racional que não é simplesmente racional. Portanto, um ser livre, mas ao mesmo tempo atrapalhado por inclinações sensíveis, que ocasionam que o agir bom se apresente a ele como uma obrigação, como uma certa coação, que a sua parte racional terá de exercer sobre sua parte sensível. O dever obriga, força-nos a fazer o que talvez não quiséssemos ou que pelo menos não nos agradaria, porque o homem não é perfeito, e sim dual. Mas o dever, quando nos força, obriga a fazer aquilo que favorece a liberdade do homem, porque o homem é um ser autônomo, isto é, sua liberdade, no sentido positivo, consiste em poder realizar o que ele vê que é o melhor, o mais racional. Poder realizar significa: causar por vontade própria um efeito no mundo, ao lado das causas naturais que pertencem, como diz Kant, (à maneira newtoniana,) ao mecanismo da natureza. O homem, neste sentido, é legislador e membro de uma sociedade ética: é legislador porque é ele que vê o que deve ser feito, e é membro ou súdito porque obedece aos deveres que a sua própria razão lhe formula. Neste sentido, ele não tem um preço, mas uma dignidade, e é por isso que a segunda fórmula do imperativo categórico diz para agirmos de modo a não tratar jamais a humanidade, em nós ou nos outros, tão-somente como um meio, mas sempre pelo menos também como um fim em si.¹⁴ É o que Tugendhat chamaria uma ética do respeito à pessoa.

Não nos estenderemos em mais detalhes sobre essas três correntes éticas, mas gostaríamos de ressaltar que a terceira, a kantiana, é extremamente moderna. A ética do dever é moderna porque confia no homem, na sua razão e na sua liberdade. É a ética do homem empreendedor, e nisto coincide com o surgimento e a ascensão da sociedade industrial e capitalista. Ela é estranha ao capitalismo consumista, na medida em que não dá grande valor ao gozo dos prazeres, acentuando privilegiadamente os deveres. A felicidade de que Kant fala é a da consciência do dever cumprido. A tranquilidade da boa consciência. E se ele fala na busca dos bens materiais é porque considera que ser feliz, neste aspecto, é

um dever do homem, uma vez que um homem frustrado faz mal a si e aos outros. Temos, pois, até uma obrigação de tudo fazermos para ser felizes, desde que seja tudo o que poderia ser universalizável, dentro do respeito aos demais. Não é a felicidade a qualquer preço.

O ponto comum destas três concepções éticas é que elas se situam numa posição intermediária entre, por um lado, as morais religiosas ou tradicionais, que poderíamos chamar dogmáticas, isto é, que contém explicitamente preceitos revelados, quer por uma divindade transcendente, quer pela força da tradição histórica, e, por outro lado, as atitudes que poderíamos chamar infra-éticas. Atitudes infra-éticas apresentam, por exemplo, aquelas pessoas que não vivem, ao menos conscientemente, ao nível ético da escolha do "bom", do "bem", do "agir bem" ou do "bem comum". São pessoas que buscam simplesmente o prazer, ou o poder, ou o proveito pessoal, ou as vantagens econômico-financeiras, em todas as ocasiões. Também poderíamos chamar de atitude infra-ética, embora não de "amoral" aquele comportamento motivado apenas por sentimentos, supostamente bons. O sentimento moral ou o "moral sense" não constitui uma base filosoficamente respeitada como suficiente. O mesmo vale para os que defendem valores puramente tradicionais enquanto convencionais. Bem próximo destes estão os hoje chamados "contratualistas", que embora teorizem sobre formas de convivência humana possíveis sobre a terra, não se baseiam propriamente numa perspectiva moral. As ações supostamente contratuais podem ser também interpretadas perfeitamente como estratégicas.

Uma aliança de famílias mafiosas, dividindo o crime e a contravenção entre si, não atinge um nível moral porque não respeita todos os envolvidos, mas tão-somente os diretamente interessados nos negócios: a clientela não é respeitada em sua dignidade pessoal. Estamos supondo portanto que a ética, porquanto moral fundamentada por uma reflexão (seja ela mais espontânea ou mais sistematizada), sempre tem um respaldo argumentativo, procura mostrar-se racional, e sempre busca a universalização, quer dos interesses, quer de uma natureza comum, quer de um agir segundo máximas que possam constituir-se em leis universais. A busca da

¹⁴ Tugendhat. *Lições sobre ética*. Petrópolis: Vozes, 1997.

argumentação fundamentadora é extremamente importante numa situação de pluralismo de valores e de globalização da sociedade. Os interesses do grupo, do clã ou da família ou corporação não podem mais dizer a última palavra, assim como a moral de uma confissão religiosa não pode ser imposta aos que não compartilham desta.

II. CONCLUSÃO

Exposto este panorama, ainda que resumido, das teorias éticas mais contemporâneas, deveríamos agora ao menos iniciar uma reflexão que ligasse os fundamentos teóricos com alguns dos aspectos do problema hoje vivenciado. Os desafios éticos que apareceram em nossa fenomenologia, têm de ser especificados na perspectiva mais especializada nos Códigos de Ética. Porém não podemos deixar de tentar ao menos uma primeira ligação entre estes fatos e aquelas formulações de tipo normativo.

Numa perspectiva néo-aristotélica, teríamos que expressar a luta pela vida e pela felicidade, da parte do sujeito e dos seus familiares e amigos, bem como a necessidade do exercício das virtudes tais como a prudência, a temperança, a coragem, a justiça e outras, pois sem virtude o homem não está em condições de enfrentar os lados mais trágicos da existência, que nossa ideologia dominante procura até esconder. Os valores do discernimento e da amizade também se mostram como urgentes. A tendência aristotélica que privilegia a lógica que o homem tem ou pode ter insistiria em que nossos comportamentos não podem ser totalmente dominados pelas paixões e inclinações.

Por outro lado, o cientista ou o médico deve aprender de Aristóteles que sua ciência é também uma "virtude", ou seja, por ser um bom cientista ele já é também virtuoso, uma vez que a ciência, mais do que uma entidade mítica adorada pela mídia, é antes "uma propriedade de seu caráter", faz parte de seu éthos.

Aristóteles, tratando do amor e da amizade, ainda enfatizaria que tais relações consistem em querer o bem do outro, valorizando nele o que ele tem de melhor. As éticas de formato aristotélico tendem, por outro lado, a atitudes conservadoras, abominando qualquer comportamento que se desvie de um certo ideal de "natureza humana", supostamente preestabelecido e definitivo. Esta posição, já por ter em suas bases conceitos metafísicos muito antigos, de tipo essencialista, pertencentes a um mundo completamente diferente do mundo

científico-tecnológico em que vivemos, precisa esforçar-se muito para conseguir dizer coisas realmente importantes diante de um problema completamente novo, contemporâneo, como a ética e a moral em tempos modernos.

Em todo caso, não se deve desprezar as origens aristotélicas desta ética, fundada afinal de contas por um pensador cujo conceito-chave era o da "vida", conceito presente desde as investigações sobre plantas e animais até as sobre a teoria da tragédia.

Os pensadores de extração utilitarista não se preocupam com questões sobre natureza humana, embora respeitem os direitos das pessoas. Buscam a felicidade maior possível, entendida em grande parte como ausência de dor e de sofrimento. Alguns desses pensadores são mais sensíveis a problemas como o do prolongamento desnecessário do sofrimento, na hipótese de que o paciente já não suportasse mais o tipo de existência que está tendo. O que não significa, naturalmente, deixar de lutar enquanto a vida apresenta ainda um sentido forte e humano. Um utilitarista também se lembraria de questionar se algumas formas de relacionamento humano englobadas no título geral do amor são realmente benevolentes, e se não deveriam ser modificadas quando prejudiciais. Por outro lado, o esclarecimento sobre a sociedade, levando-se em conta seus valores maiores, e numa perspectiva sempre voltada para os resultados concretos e previsíveis, mais do que para as formalidades das intenções.

Quanto aos éticos do dever, da liberdade e da universalização, sua tendência é sempre de privilegiar a intenção, e não apenas o resultado. De procurar tratar sempre os demais com respeito, como a seres livres e autônomos, que agem livremente e que são capazes de fundamentar suas formas de agir, inclusive pela universalização. Rejeitam, naturalmente, a discriminação, pois para eles todos os seres racionais são igualmente dignos. Insistiriam quanto à sinceridade e à transparência das informações, uma vez que o sentido da linguagem é o de revelar e não o de ocultar e, como herdeiros da *Aufklärung*, defenderiam com o maior empenho o esclarecimento.

Valorizariam extremamente os esforços dos pesquisadores, porque esta ética é a outra face da razão pesquisadora e porque o cientista tem de aprimorar os seus talentos. E insistiriam na necessidade de auxiliar os que se encontram em uma situação pior, pois é impossível querer que se proíba uma ajuda possível. Mas teriam grande confiança em relação à natureza e à dignidade da pessoa.

Não podemos, neste fim de século, deixar de voltar as nossas atenções para a questão da ética do educador, cujos embriões fomentaram sempre, e mais significativamente após a segunda grande guerra mundial.

Hoje, olhando tudo isso, e nos valendo do próprio Pietro Ubaldi para compreender a razão de tudo isso, encontramos desde logo uma afirmação sua no sentido de que "os povos não têm direito a nada, a vida não lhes confere nenhuma vantagem, enquanto eles não a tiverem merecido pela sua inteligência e pelo seu esforço". Em outro segmento de sua obra, Ubaldi afirma que no processo de maturação biológica certos eventos aparentemente injustificáveis têm a missão de reconduzir os povos ao seu caminho evolutivo e chega a mostrar que a própria revolução de 1917 na Rússia e o conseqüente surgimento ali de um governo totalitário funcionaram como o cautério ou látego que contribuiu para despertar naquele povo o senso do comum, a vocação nacional imprescindível à formação de uma unidade coletiva. Uma vez cumprida aquela missão ingrata e amadurecido o povo, novo estilo de governo surge como uma conseqüência natural. E, pelo menos no caso da Rússia, parece que é exatamente o que está acontecendo com o novo tipo do governo daquele país que se tem mostrado muito mais aberto e mais democrático aos olhos espantados do mundo.

É lícito inferir que assim como um purgativo limpa o nosso corpo físico, expungindo-o das suas toxinas e venenos, assim também os anos de militarismo tiveram o condão de propiciar a depuração de nossas reumas sócio-políticas, de chacoalhar as estruturas, de nos mostrar o que de pior jazia escondido nos refolhos do nosso psiquismo coletivo.

Alguns compenetrados espiritualistas ~~chegam mesmo~~ a afirmar que

vivemos recentemente um período em que estivemos purgando intensamente o nosso karma coletivo conseqüente do escravagismo cruel que praticamos durante quase quatrocentos anos e pelo trucidamento contumaz de povos indígenas até reduzi-los às condições de párias. Se foi por isso, o nosso sofrimento ficou aquém do esperado. Talvez esses mesmos sacrificados do passado sejam em grande parte os que hoje passam fome na fímbria das cidades, na marginalidade, e demandam as atenções dos governos que agora têm que alimentá-los; justifica a existência da pobreza no meio da abundância, justifica o surgimento do banditismo entre nós. O fato é que, contrariando todas as políticas de desenvolvimento seguidas em nome da ordem e da segurança nacional, nos últimos anos ostentamos os mais altos índices de mortalidade do mundo, os maiores índices de analfabetismo, os maiores índices de doenças transmissíveis; ostentamos contingentes de pobres que de per si são mais amplos do que as populações de vários países do mundo somadas.

Somente isso explicaria o estilo do governo que experimentamos, ou, melhor, sofremos a partir de 1964, quando a pretexto de coibir desvios políticos e de conduta pessoal e administrativa, foram aos poucos adotados entre nós práticas que imaginávamos apenas existir na literatura de horror, ou em regime teocráticos minados pelo fanatismo. O estado separou-se da nação, mas, sem sangue, passou a vampirizar o povo e as práticas adotadas chegaram mesmo ao aviltamento do País como nação soberana, em que as decisões atendiam muito mais ao interesse de grupos nacionais e internacionais e que desdenhavam dos próprios brasileiros. Os planos do governo levaram à estatização desenfreada, à concentração de renda, ao esvaziamento do meio rural e ao inchamento das cidades, ao abastardamento da educação, à inibição política e ao desaparecimento dos líderes autênticos. Estilo que, enfim, levou à condenação das pessoas por terem opinião, à tortura e à morte.

O pior é que após algum tempo de convívio com esse tipo de situação o próprio povo começou a internalizar comportamento semelhante ao do governo, assimilando como coisa natural a exploração dos indivíduos; o comércio adotou práticas selvagens; a astúcia e a força assumiram status de práticas aceitáveis no dia a dia da sobrevivência. O individualismo, que se pensava enfraquecido pelo entusiasmo social e político do fim da década dos cinqüenta, recrudescceu com força

inaudita e o salve-se quem puder passou a ser a regra mais comum de conduta pessoal. E a ausência das virtudes da cidadania mostrou-se de modo mais gritante no setor público, onde nunca tantos indivíduos assumiram cargos e malversaram tão impunemente o dinheiro público.

Tudo isso então poderá ter servido de catalizador do amadurecimento coletivo, mais político que social, que levou ao esboroamento do regime militarista, e ao franco esgotamento do presidencialismo no sistema de governo. E não deixou de ser expressivo, embora melancólico, o fato de o último presidente do período autoritário ter fugido pela porta dos fundos do palácio, sem coragem de enfrentar a luz dos novos tempos. Esboroamento que fez entrar o País no chamado período de transição para a tão sonhada democracia, mas que também deverá levar o povo a fazer uma introspecção e resolver a abandonar de uma vez por todas o absentéismo, a decidir-se por se agrupar e a reivindicar, a cobrar dos homens públicos a aplicação correta dos dinheiros públicos, a se interessar pelo próximo, a se fazer representar e exigir um estilo de ação mais transparente dos políticos.

Neste momento de transição do mundo, de uma ética para outra mais evoluída, momento que coincide com o de transição interna do nosso País, a responsabilidade de todos nós que já conseguimos nos aproximar do limiar da compreensão do sentido dessa nova ética e a de colaborar decisivamente e sem descanso para a definição do papel institucional do Brasil, sob pena de cruzarmos o século a reboque da internacionalização do mundo, e pendermos o barco da história.

Para finalizar, repetimos a advertência de Ubaldi no sentido de que cabe agora ao povo brasileiro corresponder à missão que lhe foi oferecida, compreendendo-a e aceitando-a. Os momentos históricos jamais se repetem idênticos esses oferecimentos não são feitos duas vezes. Do contrário a missão lhe será tirada e a oportunidade de exercer um papel mundial se esfumará. Quem vai de encontro à vontade da história é cortado de suas fontes vitais e não recebe mais ajuda.

E conclui, afirmando: ***"aqui mesmo no Brasil, numa nação com a capacidade de asilar novecentos milhões de habitantes, em quatrocentos e alguns anos de evolução mal estamos passando das faixas litorâneas. Serviços imensos esperam por nossas almas no futuro próximo."***

Esse ponto de vista coincide com o de Pietro Ubaldi, o qual afirma que o momento é da passagem acelerada para um estágio de vida calcado na justiça, na compreensão, na sinceridade, na colaboração e na honestidade, ética só alcançada por poucos num mundo onde ainda predomina a ética da força e da astúcia.

III. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BICUDO. M.A. *Fundamento ético da educação*. São Paulo: Cortez, 1982
- CHAUÍ, M. *Ensaio Ético Violência*. in revista Teoria e Debate, 1998
- CLOTETJ. *Una Introducció al tema de la ética* Porto Alegre:PSICO,1986
- KIERKEGAARD. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril, 1989
- KRENER, M.,A. *Ética*.Trad. Constança Marcondesd Cesa. Campinas, SP: Papyrus, 1989.
- LYONS, D. *As regras morais e a ética*. Trad, Luis Alberto Peluso. Campinas, SP: Papyrus,1990.
- MORE. G.E. *Princípios éticos*. São Paulo: Abril Cultural, 1975
- TUGENDHAT, E. *Lições sobre ética*. Petrópolis: Vozes, 1997
- VALLS, A. *Ética na contemporaneidade*. Porto Alegre: UFRGS, 1998
- VÁZQUEZ A.S. *Ética*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1995
- VIEIRA, P. *O Brasil na ética do 3º milênio*. Brasília: UnB, 2000.
- VLADIMIR, J.;Trad. de Helena Esser dos Reis. Campinas, SP: Papyrus, 1991.